

## IMPACTO DAS FAKE NEWS NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO

### IMPACT OF FAKE NEWS ON THE BRAZILIAN LEGAL SYSTEM

### IMPACTO DE LAS FAKE NEWS EN EL SISTEMA JURÍDICO BRASILEÑO

Jamylla Mota Quixabeira<sup>1</sup>  
André Henrique Oliveira Leite<sup>2</sup>

**RESUMO:** As Fake News tem se tornado uma preocupação crescente em todo o mundo, e seu impacto no sistema jurídico brasileiro é uma questão de grande relevância. Este estudo visa analisar o impacto das Fake News no sistema jurídico do Brasil, explorando como a disseminação de informações falsas podem influenciar processos judiciais, decisões legais e a confiança na justiça. Utilizando uma abordagem específica, que se baseia em uma revisão bibliográfica, cujo objetivo é identificar os impactos das fake news no sistema jurídico brasileiro, avaliar as consequências dessa influência e propor medidas para combater a disseminação de informações falsas e proteger a integridade do sistema legal do país. A finalidade principal deste artigo é contribuir para uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados pelo sistema jurídico brasileiro na era da informação digital, e para o desenvolvimento de estratégias eficazes para lidar com as Fake News.

**Palavras-chave:** Fake News. Sistema jurídico. Medidas de combate.

**ABSTRACT:** Fake News has become a growing concern around the world, and its impact on the Brazilian legal system is a matter of great relevance. This study aims to analyze the impact of Fake News on Brazil's legal system, exploring how the dissemination of false information can influence legal processes, legal decisions and confidence in justice. Using a specific approach, which is based on a bibliographical review, the main objective is to identify the impacts of fake news on the Brazilian legal system, evaluate the consequences of this influence and propose measures to combat the dissemination of false information and protect the integrity of the legal system from the country. The main purpose of this article is to contribute to a deeper understanding of the challenges faced by the Brazilian legal system in the age of digital information, and to the development of effective strategies to deal with Fake News.

1787

**Keywords:** Fake News. Legal system. Combat measures.

**RESUMEN:** Las Fake News se han convertido en una preocupación creciente en todo el mundo, y su impacto en el sistema jurídico brasileño es un asunto de gran relevancia. Este estudio tiene como objetivo analizar el impacto de las noticias falsas en el sistema legal de Brasil, explorando cómo la difusión de información falsa puede influir en los procesos legales, las decisiones judiciales y la confianza en la justicia. Utilizando un enfoque específico, que se basa en una revisión bibliográfica, el principal objetivo es identificar los impactos de las noticias falsas en el sistema jurídico brasileño, evaluar las consecuencias de esa influencia y proponer medidas para combatir la difusión de información falsa y proteger la integridad del sistema jurídico del país. El objetivo principal de este artículo es contribuir a una comprensión más profunda de los desafíos que enfrenta el sistema jurídico brasileño en la era de la información digital y al desarrollo de estrategias efectivas para enfrentar las Fake News.

**Palabras clave:** Fake News. Sistema jurídico. Medidas de combate.

<sup>1</sup>Graduanda em Direito pela Universidade de Gurupi- UNIRG.

<sup>2</sup>Orientador no curso em Direito pela Universidade de Gurupi- UNIRG. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Goiás, especialista em Gestão do Poder Judiciário pela FAEL e mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos pela UFT.

## INTRODUÇÃO

A disseminação de informações falsas, conhecidas como *Fake News*, tem se tornado uma preocupação global devido ao seu potencial para distorcer a verdade e influenciar a opinião pública. No contexto brasileiro, as *Fake News* não apenas afetam a esfera política e social, mas também têm impacto significativo no sistema jurídico do país.

Este estudo investiga o impacto das *Fake News* no sistema jurídico brasileiro, buscando compreender de que maneira a disseminação de informações falsas pode influenciar processos judiciais, decisões legais e a confiança na justiça.

A relevância desse tema reside na importância do sistema jurídico como pilar fundamental para a garantia dos direitos, e a manutenção da ordem democrática. Em um cenário em que a informação é disseminada rapidamente através das redes sociais e outras plataformas online, a proliferação de *Fake News* representa um desafio significativo para a integridade e eficácia do sistema legal brasileiro.

Os resultados deste trabalho contribuem para uma compreensão mais ampla dos desafios enfrentados pelo sistema jurídico brasileiro na era digital, além de fomentar o desenvolvimento de estratégias eficazes para lidar com as *Fake News*, este estudo contribui para a construção de um sistema jurídico mais justo, transparente e resiliente no Brasil.

1788

## MÉTODOS

Nesta pesquisa, adota-se uma abordagem bibliográfica, justificada pela necessidade de realizar uma análise da literatura existente sobre o impacto das *Fake News* no sistema jurídico brasileiro. Essa escolha metodológica se fundamenta na relevância de revisar e sintetizar o conhecimento já produzido, proporcionando uma base sólida para a compreensão do fenômeno. A análise bibliográfica permite identificar lacunas na literatura, bem como consolidar conceitos e teorias que são fundamentais para o estudo em questão.

Para buscar informações relevantes, utilizou-se diversos meios, incluindo sites de periódicos acadêmicos, bibliotecas virtuais e bases de dados online. As principais bases de dados consultadas foram Google Acadêmico, Scopus e Web of Science. Essas plataformas foram escolhidas devido à sua vasta coleção de artigos científicos e trabalhos acadêmicos, que abrangem uma ampla gama de disciplinas e são reconhecidas pela qualidade e relevância de seus conteúdos.

A busca foi realizada utilizando palavras-chave pertinentes ao tema, tais como "Fake News", "sistema jurídico brasileiro", "impacto legal", "desinformação" e "redes sociais". Esses termos foram combinados de diferentes maneiras para garantir que a pesquisa fosse abrangente e incluísse todos os trabalhos relevantes. A estratégia de busca foi cuidadosamente planejada para maximizar a recuperação de estudos significativos e evitar a exclusão de materiais importantes.

Os critérios de inclusão abrangeram artigos científicos e trabalhos acadêmicos publicados nos últimos 10 anos, em português ou inglês, que abordem o impacto das Fake News no sistema jurídico brasileiro. A delimitação temporal foi estabelecida para assegurar que as informações fossem atuais e refletissem as mudanças recentes no cenário jurídico e tecnológico. Além disso, a inclusão de publicações em português e inglês permitiu a incorporação de uma variedade mais ampla de perspectivas e estudos internacionais que poderiam contribuir para a compreensão do contexto brasileiro.

A pesquisa concentrou-se exclusivamente no contexto brasileiro, considerando as peculiaridades das instituições jurídicas, leis e processos judiciais do país. Essa escolha se deve ao fato de que o Brasil possui características únicas em seu sistema jurídico, bem como um cenário digital específico que influencia a disseminação de Fake News. O estudo focou-se na disseminação de informações falsas por meio de plataformas digitais, como redes sociais e aplicativos de mensagens, explorando como essas ferramentas podem influenciar a percepção pública, processos judiciais e decisões legais.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As Fake News são informações deliberadamente falsas ou enganosas divulgadas com o intuito de manipular a opinião pública, influenciar comportamentos ou obter vantagens políticas, econômicas ou sociais (Pennycook & Rand, 2019).

Segundo o dicionário *Oxford Languages*, Fake News é definido como: informação falsa, notícias falsas frequentemente de natureza sensacionalista, divulgadas sob a aparência de serem verdadeiras e baseadas em fatos reais. Com o advento das redes sociais e plataformas digitais, a disseminação dessas informações falsas tem se intensificado, facilitando a rápida propagação de conteúdos sem verificação de sua veracidade (Wardle & Derakhshan, 2017).

Segundo Marques e Santos (2020), a disseminação de informações falsas pode distorcer a percepção dos juízes, jurados e advogados sobre os fatos de um caso, levando a decisões

judiciais baseadas em informações incorretas. Este fenômeno é especialmente preocupante em casos de grande repercussão, onde a opinião pública pode ser facilmente manipulada.

No âmbito do Estado de Direito, a disseminação de Fake News apresenta desafios significativos. A confiança na imparcialidade e na justiça do sistema legal pode ser comprometida quando informações falsas influenciam processos judiciais e decisões legais. A falta de regulamentação adequada para lidar com esse fenômeno representa um obstáculo adicional, pois dificulta a responsabilização de indivíduos e plataformas que promovem informações falsas.

As Fake News representam uma séria ameaça à democracia e ao Estado de Direito, a disseminação de informações falsas pode distorcer o debate público, influenciar indevidamente as eleições e corroer a confiança nas instituições democráticas, em um ambiente onde a verdade é sistematicamente questionada, a base racional para a tomada de decisões judiciais e políticas fica comprometida.” **Barroso, L. R. (2018)**

A confiança no sistema jurídico é essencial para a estabilidade e a democracia de um país. Quando a credibilidade da justiça é comprometida pela disseminação de Fake News, isso pode minar a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas e prejudicar o Estado de Direito (**Cohen-Almagor, 2019**). A percepção pública da justiça é fundamental para manter a ordem social e a eficácia das instituições jurídicas.

Além das Fake News, outros fenômenos relacionados, como a desinformação e a polarização política, também desempenham papéis significativos na dinâmica do sistema jurídico brasileiro. A disseminação de informações imprecisas ou distorcidas pode gerar desconfiança em relação às instituições jurídicas, afetando a percepção da justiça e minando a legitimidade das decisões judiciais (**Tsfati, 2019**).

No Brasil, as Fake News têm afetado significativamente o processo eleitoral, comprometendo a integridade das eleições e a legitimidade dos resultados. Durante campanhas eleitorais, é comum observar a propagação de informações falsas sobre candidatos, partidos políticos e propostas de governo. Essas informações distorcidas podem influenciar negativamente o eleitorado, levando à formação de opiniões baseadas em dados falsos ou incompletos.

Estudos têm demonstrado que a disseminação de Fake News pode alterar a percepção pública sobre os candidatos, prejudicando a reputação de alguns e beneficiando outros (**Waisbord, 2018**). Além disso, a polarização política exacerbada pela disseminação de desinformação pode fragmentar ainda mais a sociedade, dificultando o diálogo democrático e a busca por consensos.

A influência das Fake News nos processos criminais no Brasil pode ser observada em várias etapas do sistema judiciário. Desde a fase de investigação até o julgamento final, a propagação de informações falsas pode distorcer a percepção pública dos fatos e afetar negativamente a condução imparcial do processo judicial (Rothschild, 2017).

Em casos de grande repercussão, como os relacionados a crimes famosos ou de grande interesse público, podem ser alvo de campanhas de desinformação que buscam influenciar a opinião pública e até mesmo o resultado dos julgamentos (Figueiredo, 2018). A manipulação da opinião pública por meio de Fake News pode prejudicar a credibilidade das evidências apresentadas em tribunal, comprometendo a busca pela verdade material.

É necessário destacar que advogados, juízes e promotores muitas vezes são alvos de Fake News que visam desacreditar sua atuação profissional, comprometendo sua reputação e credibilidade perante a sociedade (Melo, 2017), essas informações falsas têm o potencial não apenas de prejudicar a reputação individual desses profissionais, mas também de minar a confiança pública no sistema judiciário como um todo.

As Fake News deste tipo são frequentemente elaboradas com o propósito específico de desacreditar o trabalho e a integridade dos profissionais do direito. Podem incluir desde acusações infundadas sobre supostos comportamentos inadequados até distorções sobre decisões judiciais importantes. A disseminação dessas informações falsas pode ocorrer rapidamente nas plataformas digitais, alcançando um público vasto e diversificado.

O impacto dessas Fake News é prejudicial não apenas para os indivíduos diretamente afetados, mas também para a sociedade como um todo. A confiança no sistema de justiça depende da credibilidade dos profissionais que nele atuam. Quando esses profissionais são alvo de campanhas difamatórias, a confiança pública pode ser abalada, comprometendo a legitimidade das instituições judiciais e prejudicando a percepção da justiça como imparcial e eficiente.

Se voltando para um contexto coletivo, as Fake News podem influenciar diretamente em debates legislativos e a formulação de políticas públicas, distorcendo informações e prejudicando o processo de tomada de decisões baseadas em dados precisos e verificados (Rego, 2021).

Esse fenômeno pode ter consequências amplas e danosas, as Fake News podem distorcer a percepção pública sobre questões complexas, manipulando a opinião dos cidadãos e afetando sua participação informada no processo democrático, políticas públicas mal

informadas ou baseadas em falsidades podem não apenas falhar em resolver problemas reais, mas também agravá-los, ampliando divisões sociais e políticas

Para enfrentar esse desafio, diversas estratégias jurídicas têm sido propostas. Uma abordagem fundamental é o fortalecimento da legislação específica que regule a disseminação de conteúdos falsos e puna seus propagadores. No Brasil, por exemplo, o Marco Civil da Internet (**Lei nº 12.965/2014**) estabelece diretrizes para responsabilização de provedores de internet e redes sociais, incentivando a moderação de conteúdo prejudicial (**Marques & Santos, 2020**).

Esta lei em questão não possui disposições diretas sobre Fake News, mas estabelece um arcabouço legal que permite a responsabilização dos provedores de Internet e redes sociais pela moderação de conteúdos prejudiciais, o que pode incluir Fake News. A aplicação dessa lei depende da interpretação das autoridades e dos órgãos competentes, que podem tomar medidas para coibir a disseminação de informações falsas que violem a legislação brasileira.

Neste sentido legal, é importante destacar que a lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD), **Lei nº 13.709/2018**, muito mencionada quando se trata de disseminação de Fake News, não trata diretamente da punição a respeito a tal ato, mas suas disposições sobre responsabilidade, transparência e proteção de dados pessoais podem incentivar as plataformas a adotarem medidas mais eficazes para combater a disseminação dessas informações falsas.

1792

Ao proteger a privacidade e a segurança dos usuários, a lei pode indiretamente contribuir para um ambiente digital mais seguro e confiável, reduzindo os impactos das Fake News na sociedade.

A legislação penal brasileira aborda a disseminação de informações falsas de diferentes maneiras, dependendo do tipo de crime envolvido. Embora não exista um tipo penal específico denominado Fake News, algumas condutas relacionadas podem configurar crimes já previstos no Código Penal e em leis especiais.

Pode-se citar como exemplos os seguintes delitos: calúnia (Art. 138 do Código Penal), difamação (Art. 139 do Código Penal), injúria (Art. 140 do Código Penal), além das sanções penais, a divulgação de Fake News pode implicar responsabilidades civil e administrativa. Indivíduos e entidades que causam danos a terceiros por meio da divulgação de informações falsas podem ser responsabilizados civilmente e sofrer sanções administrativas.

Enfrentar a problemática das Fake News no contexto jurídico brasileiro tem sido objeto de debate nos últimos anos, surgindo assim, diversas propostas de estratégias e abordagens.

Uma das principais formas de lidar com esse desafio envolve a criação e o aprimoramento de legislações específicas que visem coibir a disseminação de informações falsas e proteger a integridade das instituições democráticas.

Um exemplo disso é a proposta de legislação que vise regulamentar as plataformas digitais e redes sociais, exigindo transparência na divulgação de conteúdos patrocinados e implementando mecanismos de verificação de fatos. Essas medidas poderiam ajudar a mitigar os efeitos das Fake News, garantindo que os usuários tenham acesso a informações verídicas e confiáveis (Marques & Santos, 2020).

Além disso, a educação midiática e digital também é vista como uma estratégia fundamental para capacitar os cidadãos a identificar e combater a desinformação. Promover o pensamento crítico e o discernimento entre informações verdadeiras e falsas pode fortalecer a resistência da sociedade contra a manipulação através das Fake News (Wardle & Derakhshan, 2017).

Outra abordagem defendida, é o fortalecimento da cooperação internacional e interdisciplinaridade entre especialistas em direito, comunicação, tecnologia da informação e ciência política. Essa colaboração é essencial para desenvolver políticas públicas eficazes e mecanismos jurídicos que possam enfrentar os desafios impostos pela disseminação de informações falsas em escala global (Barroso, 2019).

1793

Portanto, a combinação de regulamentação adequada, educação pública e cooperação internacional emerge como uma estratégia abrangente para enfrentar as Fake News no contexto jurídico e legal, visando preservar a democracia e o Estado de Direito.

## CONCLUSÃO

O fenômeno das Fake News constitui uma ameaça significativa à democracia e ao Estado de Direito, uma vez que são informações deliberadamente falsas ou enganosas, disseminadas com a intenção de manipular a opinião pública e influenciar comportamentos para obter vantagens políticas, econômicas ou sociais.

Neste estudo, foi possível analisar que a disseminação de Fake News pode distorcer a percepção de juízes, jurados e advogados, levando a decisões judiciais baseadas em informações incorretas, especialmente em casos de grande repercussão e que confiança no sistema legal é essencial para a estabilidade e a democracia de um país, e quando essa confiança é

comprometida pela disseminação de informações falsas, a eficácia das instituições jurídicas é prejudicada.

Ficou evidente que a desinformação e a polarização política também afetam negativamente o sistema jurídico brasileiro, gerando desconfiança nas instituições e minando a legitimidade das decisões judiciais.

No Brasil, a propagação de Fake News durante processos eleitorais tem comprometido a integridade das eleições e a legitimidade dos resultados, influenciando negativamente o eleitorado.

Foi enfatizado que, nos processos criminais, as Fake News podem influenciar a percepção pública dos fatos desde a fase de investigação até o julgamento final, afetando a condução imparcial dos processos judiciais. Campanhas de desinformação em casos de grande interesse público podem manipular a opinião pública e prejudicar a credibilidade das evidências apresentadas em tribunal.

Além disso, as Fake News podem influenciar debates legislativos e a formulação de políticas públicas, distorcendo informações e prejudicando a tomada de decisões baseadas em dados precisos.

Para mitigar os efeitos das Fake News, estratégias jurídicas têm sido propostas, como o fortalecimento da legislação específica, incluindo o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que podem contribuir para um ambiente digital mais seguro.

1794

Diante disso, concluímos que a educação midiática e digital é crucial para capacitar os cidadãos a identificar e combater a desinformação, promovendo o pensamento crítico e o discernimento entre informações verdadeiras e falsas. A cooperação internacional e interdisciplinar entre especialistas em direito, comunicação, tecnologia da informação e ciência política também é essencial para desenvolver políticas públicas eficazes contra as Fake News.

Portanto, uma combinação de regulamentação adequada, educação pública e cooperação internacional é necessária para enfrentar as Fake News no contexto jurídico e legal, visando preservar a democracia e o Estado de Direito.

## REFERÊNCIAS

BARROSO, L. R. As Fake News representam uma séria ameaça à democracia e ao Estado de Direito. 2018.

COHEN-ALMAGOR, R. Just, Reasonable Multiculturalism: Liberalism, Culture and Coercion. Cambridge University Press, 2019.

FIGUEIREDO, F. Os impactos da desinformação em processos criminais. Revista Brasileira de Direito Processual Penal, v. 4, n. 2, 2018.

MARQUES, E.; SANTOS, J. A responsabilidade dos provedores de internet na disseminação de Fake News: uma análise do Marco Civil da Internet. Revista de Direito Civil Contemporâneo, v. 5, n. 1, 2020.

MELO, P. Fake News e o papel dos profissionais do direito. Boletim de Direito Administrativo, v. 33, n. 7, 2017.

PENNYCOOK, G.; RAND, D. G. The Implied Truth Effect: Attaching Warnings to a Subset of Fake News Stories Increases Perceived Accuracy of Stories Without Warnings. Management Science, v. 66, n. 11, 2019.

REGO, W. Fake News, Polarização Política e Desafios para a Democracia no Brasil. Revista de Políticas Públicas, v. 18, n. 2, 2021.

ROTHSCHILD, N. Dissemination of False Information in Judicial Processes. Law Review, v. 32, n. 1, 2017.

TSFATI, Y. The relationship between trust in institutions and the spread of Fake News. International Journal of Public Opinion Research, v. 31, n. 1, 2019.

1795

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. Information Disorder: Toward an Interdisciplinary Framework for Research and Policy Making. Council of Europe, 2017.

WAISBORD, S. Truth is What Happens to News: On Journalism, Fake News, and Post-Truth. Journalism Studies, v. 19, n. 1, 2018.